

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/15 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)**

**Carta do Diretor de Relações com Investidores.** Srs. Acionistas, Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações financeiras da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("Xingu" ou "Cia."), com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/15. A Cia. registrou em 31/12/15 um resultado operacional de R\$ 259.011. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R\$ 96.620. Com isso, o lucro líquido no exercício de 2015 foi de R\$ 106.042, em consonância com o orçamento da Cia. e as expectativas da diretoria. A Cia. apresentou, em 2015, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e LP. A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal. **Angel Javier Casaseca de Prada - Diretor de Relações com Investidores**

**Histórico.** A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("Xingu" ou "Cia."), S.A. de capital aberto, foi constituída em 7/07/08 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filial no Pará. A Xingu é uma concessionária do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A. A Cia. tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. A Cia. é parte do conglomerado empresarial Isolux Corsán, que atua desde o ano 2000 no setor de transmissão de energia elétrica em diversos países. O Grupo Isolux Corsán gere 1.643 quilômetros de autoestradas na Índia, Brasil, México e Espanha, além de 5.959 quilômetros de redes de transmissão de energia de alta tensão no Brasil, na Índia e nos Estados Unidos. A Isolux Corsán reforçou a sua posição de liderança entre as primeiras empresas do mundo especializadas na construção de projetos chave na mão (EPC) de centrais solares fotovoltaicas. Acumulou, em apenas três anos, uma potência instalada de 340 MWp. No dia 16/10/08, a Cia. assinou com a União, representada pela ANEEL, o Contrato de Concessão 008/08 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, localizada no estado do Pará; pela subestação Xinguem 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato estabelece uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$74.300 mil, sendo reajustada anualmente pela ANEEL. A resolução homologatória 1.918, reajustou a RAP para o período de 1º/06/15 a 30/06/16 para R\$ 108.529 mil. **Desempenho Operacional. Transmissão de Energia - Operação.** Dentro das obrigações do Contrato de Concessão, a PLENA Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia, uma empresa também controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A., é responsável pela operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. A PLENA possui vasta experiência atuando desde a entrada em operação das primeiras linhas de transmissão da Isolux em dezembro de 2002. Segue em contínua expansão tendo implantado em 2014 seu próprio Centro de Operação Remoto do Sistema atuando na Gestão centralizada dos ativos de transmissão. Atualmente a PLENA é responsável pela Operação e Manutenção de 7 concessionárias (Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A., Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A., Jauru Transmissora de Energia S.A., Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., Sete Lagoas Transmissora de Energia Ltda, Interligação Elétrica Norte Nordeste S.A. e Corumbá) em operação comercial totalizando aproximadamente 4760 km de circuito de transmissão e presença em 24 subestações nos níveis de tensão de 138 kV, 230 kV, 345 kV e 500 kV. Outras 2 concessionárias da Isolux (Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. e Linhas de Itacaiunas Transmissora de Energia S.A.) estão em construção, as quais serão operadas pela PLENA, o que somará mais 810 Km de linhas de transmissão em 500 kV e presença em

ao menos mais 3 subestações. **Desempenho Econômico-Financeiro.** As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/15 são apresentadas de acordo com o CPC 21 e o IAS 1. A Cia. aplicou as práticas contábeis definidas na nota 24, em todos os exercícios apresentados. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Cia. adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil. Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado da Cia. (em milhares de reais):

	Em 31 de dezembro		% Total		% Variação 2014/15
	2015	ROL	2014	ROL	
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>286.204</b>	<b>100,00%</b>	<b>382.289</b>	<b>100,00%</b>	<b>(25,13)%</b>
Custo dos serviços prestados	(13.147)	(4,59%)	(53.731)	(14,06%)	(75,53)%
<b>273.057</b>	<b>95,41%</b>	<b>328.558</b>	<b>85,94%</b>	<b>(16,89)%</b>	
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS: Gerais e administrativas</b>	<b>(14.046)</b>	<b>(4,91%)</b>	<b>(7.469)</b>	<b>(1,95)%</b>	<b>0,00%</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>259.011</b>	<b>90,50%</b>	<b>321.089</b>	<b>83,99%</b>	<b>(19,33)%</b>
Receitas financeiras	1.999	0,70%	133	0,03%	0,00%
Despesas financeiras	(98.619)	(34,46%)	(90.372)	(23,64)%	9,13%
Total do resultado financeiro líquido	(96.620)	(33,76%)	(90.239)	(23,60)%	7,07%
<b>LUCRO ANTES DO IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>162.391</b>	<b>56,74%</b>	<b>230.580</b>	<b>60,39%</b>	<b>(29,66)%</b>
IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(56.349)	(19,69%)	(82.197)	(21,50)%	(31,45)%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>106.042</b>	<b>37,05%</b>	<b>148.653</b>	<b>38,88%</b>	<b>(28,66)%</b>

A receita operacional líquida reduziu 25,13%, atingindo R\$ 286.204 mil em dezembro de 2015 se comparada com R\$ 382.289 mil em 31/12/14. A redução da receita é devido à revisão tarifária, prevista no contrato de concessão, ocorrida em 2014 que impactou diretamente o resultado naquele ano. As receitas de remuneração do ativo financeiro somaram R\$ 288.469 mil em dezembro de 2015, comparada com R\$ 379.029, onde a redução de 25% está concentrada e impactada pela revisão tarifária supramencionada. As receitas de operação e manutenção aumentaram 5%, totalizando R\$ 14.755 mil em dezembro de 2015, comparada com R\$ 14.120 mil em dezembro de 2015. As despesas financeiras aumentaram 9,13%, atingindo R\$ 98.619 mil em dezembro de 2015 contra R\$ 90.372 mil em dezembro de 2014, devido, basicamente ao aumento do CDI. Em decorrência dos fatores mencionados acima, a Cia. apresentou um lucro líquido no período de R\$ 106.042 mil. **Composição Acionária.** O capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$ 544.037 milhões, representado por 544.037 milhões de ações ordinárias. A Cia. é diretamente controlada pela empresa *holding* Isolux Energia e Participações S.A., que detém 100% do seu capital social. Em 25/10/15, a Cia. converteu debêntures em ações em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA no valor de R\$ 14.062 mil referente à terceira parcela das debêntures subscritas. Do total convertido, R\$ 16.917 mil foram destinados à conta de Capital social e R\$ 7.145 para a conta de Reserva de capital. **Audidores Independentes.** Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14/01/2003, a Cia. declara que mantém contratada a Chronus Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o exercício 2015. A Chronus Auditores Independentes desde então prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% do valor do contrato. A política de atuação da Cia., quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. **Agradecimentos.** Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos Srs. membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais**

	2015		2014	
	(Reclassificado)		(Reclassificado)	
<b>Ativo</b>	<b>2.111.410</b>	<b>1.940.790</b>	<b>1.777.590</b>	<b>1.622.536</b>
Circulante	10.113	2.624	19.677	18.412
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	10.113	2.624	19.677	18.412
Clientes (Nota 7)	19.741	23.735	2.099	1.706
Adiantamentos a fornecedores (Nota 6)	123.937	113.753	498	868
Impostos a recuperar	1.525	1.438	1.933.820	1.778.258
Ativo financeiro (nota 9)	1.932.470	1.775.686	1.932.470	1.775.686
Despesas pagas antecipadamente (Nota 11)	9.540	18.275	1.918.740	1.753.936
Outros ativos	4.190	3.475	1.932.470	1.775.686
Não circulante	1.932.470	1.775.686	1.932.470	1.775.686
Realizável em LP	1.918.740	1.753.936	1.918.740	1.753.936
Ativo financeiro - concessão (Nota 9)	4.190	3.475	1.932.470	1.775.686
Títulos de renda fixa	9.540	18.275	1.932.470	1.775.686
Depósitos judiciais (Nota 8)	1.350	2.568	1.350	2.568
Imobilizado, líquido	2.111.410	1.940.790	1.800.335	251.238
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.111.410</b>	<b>1.940.790</b>	<b>1.800.335</b>	<b>251.238</b>
Circulante	21.907	33.852	21.907	33.852
Fornecedores (Nota 12)	137.449	198.249	137.449	198.249
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	14.896	10.250	14.896	10.250
Impostos e contribuições a recolher (Nota 14)	56	1.959	3.372	4.186
Partes relacionadas (nota 10)	3.372	4.186	2.655	2.742
Provisões (Nota 15)	1.161.431	1.050.012	1.161.431	1.050.012
Outros	840.619	808.926	840.619	808.926
Não circulante	119.880	63.531	119.880	63.531
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	7.147	-	7.147	-
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 17)	193.785	177.555	193.785	177.555
AFAC	769.644	639.540	769.644	639.540
PIS e COFINS diferidos (Nota 16)	544.037	527.120	544.037	527.120
Patrimônio líquido (Nota 18)	10.923	5.621	10.923	5.621
Capital social	7.145	-	7.145	-
Reserva legal	207.539	106.799	207.539	106.799
Reserva especial de dividendos	207.539	106.799	207.539	106.799

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/15 - Em MRS**

**Seção A - Informações gerais: 1.1 Contexto operacional.** A Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. ("LXTE" ou "Cia."), S.A. de capital fechado, foi constituída em 7/07/08 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e no Pará. A Cia. encontra-se em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Isolux Energia e Participações S.A. detém 97% do capital social da Cia. Os outros 3% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA. A gestão de tesouraria é acompanhada pelo Grupo Isolux no Brasil. Em caso de necessidade a Cia. poderia obter suporte financeiro de sua controladora para honrar os seus compromissos de curto e LP. Contudo, com a entrada em operação da linha de transmissão e recebimento da receita contratual, a Cia. passará a atingir o equilíbrio econômico-financeiro. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14/03/16. **1.2 Concessão.** Em 27/06/08 a Isolux Engenharia S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público 004/08, realizado na BVRJ, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A - linha Tucuruí-Jurupari. O decreto de outorga da concessão, sem nº, datado de 8/10/08, foi publicado no DOU de 9/10/08. No dia 16/10/08, a Cia. assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão 008/08 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 264,8 km, com origem na subestação Tucuruí e término na subestação Xingu, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 243,5 km, com origem na subestação Xingu e término na subestação Jurupari, localizada no estado do Pará; pela subestação Xinguem 500kV e pela subestação Jurupari em 500/230 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações entram em operação comercial no dia 12/06/13. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 74.300 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Cia. Em 23/06/15, a ANEEL, de acordo com a resolução homologatória 1.918, estabeleceu a receita anual da Cia. em R\$ 108.529 para o período de 1º/07/15 a 30/06/16. A Cia. possui ainda, uma receita de cessão de uso de fibras óticas da linha de transmissão. A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3 Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis da Cia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2. **1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações. Alterações adotadas pela Cia.** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01/01/15 e não tiveram impactos materiais para a Cia. a) **CPC 33/IAS 19 - Benefícios a empregados:** as alterações permitem que as contribuições de empregados e de terceiros, quando requeridas em plano de benefícios definidos, sejam reconhecidas como uma redução de custo dos serviços do ano sujeito a determinadas condições. O objetivo da alteração é simplificar a contabilização de contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado, como, por exemplo, as contribuições dos trabalhadores que são calculadas com base em um percentual fixo do salário. b) **Revisão de Pronunciamentos Técnicos no. 06/ Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2010-2012 e 2011-2013:** (i) **CPC 15/IFRS 3 - Combinação de negócios:** foi eliminado o conflito entre as normas de instrumentos financeiros e combinação de negócios; esclarecido que o pagamento contingente é um passivo financeiro ou um instrumento de patrimônio e que a sua mensuração deve ser a valor justo, quando não for instrumento patrimonial. Além disso, eliminou a referência para outros pronunciamentos, como IAS 37, para mensuração do pagamento contingente e fez esclarecimentos sobre exceções no escopo da norma. (ii) **CPC 46/IFRS 13 - Mensuração de valor justo:** esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros explícitos ao valor presente, quando seus efeitos são imateriais, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensuração ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceção trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS 9. (iii) **CPC 05/IAS 24 - Partes relacionadas:** esclarece que a entidade que presta serviços administrativos equivalentes à administração-chave é também parte relacionada e a entidade que reporta deve divulgar as despesas pagas a essa parte relacionada. (iv) **CPC 22/IFRS 8 - Informações por segmento:** aprimora os critérios de divulgação dos segmentos operacionais e orienta para a reconciliação entre o total de ativos reportados nos segmentos e o total de ativos da entidade. Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 01/01/15 não são relevantes para o Grupo. **1.5 Reclassificação de cifras comparativas.** No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º/01/15. Com base nessas alterações houve a reclassificação do saldo da TFSFE, que em 2014 foi apresentada no grupo de Custo da operação (Nota 21) e em 2015 foi classifica-

**Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro**

	Em MR\$		Em MR\$	
	2015	2014	2015	2014
<b>Receita líquida</b>	<b>273.057</b>	<b>328.558</b>	<b>273.057</b>	<b>328.558</b>
Receita (Nota 20)	286.204	382.289	286.204	382.289
Custo de construção (Nota 21)	(13.147)	(53.731)	(13.147)	(53.731)
Despesas gerais e administrativas (Nota 21)	(14.046)	(7.469)	(14.046)	(7.469)
<b>Lucro operacional</b>	<b>259.011</b>	<b>321.089</b>	<b>259.011</b>	<b>321.089</b>
Despesas financeiras (Nota 22)	(98.619)	(90.373)	(98.619)	(90.373)
Receitas financeiras (Nota 22)	1.999	133	1.999	133
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(96.620)</b>	<b>(90.230)</b>	<b>(96.620)</b>	<b>(90.230)</b>
<b>Lucro antes do IR e da contribuição social</b>	<b>162.391</b>	<b>230.859</b>	<b>162.391</b>	<b>230.859</b>
IR e contribuição social diferidos (Nota 17)	(56.349)	(82.197)	(56.349)	(82.197)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>106.042</b>	<b>148.653</b>	<b>106.042</b>	<b>148.653</b>
<b>Lucro por lote de mil ações - R\$</b>	<b>194,91</b>	<b>282,01</b>	<b>194,91</b>	<b>282,01</b>

**Demonstração do resultado abrangente**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais	
	2015	2014	2015	2014
<b>Lucro líquido do exercício:</b>	<b>106.042</b>	<b>148.653</b>	<b>106.042</b>	<b>148.653</b>
Resultado abrangente total do exercício	106.042	148.653	106.042	148.653
<b>Demonstração da mutação no patrimônio líquido Em milhares de reais</b>	<b>Capital social</b>	<b>Re-Reser-legal</b>	<b>Divi-capital</b>	<b>Lucros acumulados</b>
<b>Em 1º/01/14</b>	<b>524.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(36.233)</b>
Aumento de capital	3.120	-	-	3.120
Lucro do exercício	-	-	-	148.653
Destinação do lucro do exercício	-	5.621	-	106.799
<b>Em 31/12/14</b>	<b>527.120</b>	<b>5.621</b>	<b>-</b>	<b>(106.799)</b>
Outros efeitos de extinção de passivo com emissão de instrumento de patrimônio:	-	-	-	-
Alocado em capital social	16.917	-	-	-
Alocado em reserva de capital	-	7.145	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	106.042
Destinação do lucro do exercício	-	5.302	-	100.740
<b>Em 31/12/15</b>	<b>544.037</b>	<b>10.923</b>	<b>7.145</b>	<b>207.539</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

da como dedução da receita operacional (Nota explicativa 20). O montante reclassificado foi de R\$ 476. Não foram efetuadas outras reclassificações materiais nas demonstrações financeiras. **Seção B - Riscos: 2 Principais julgamentos contábeis.** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **a) Perda (impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros.** A Cia. verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31/12/15 e 2014, não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros. **b) Base de determinação do ativo financeiro de concessão.** A Cia. adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo de reversão dos bens no final da concessão. A discussão específica é se o valor residual do custo do projeto básico/original também terá direito à indenização ou somente as adições/investimentos posteriores realizados após a construção do projeto básico/original o terão, desde que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Cia. adotou a premissa de que será indenizada pelo projeto básico e investimentos posteriores. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros.** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Cia. usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **2.1 Principais julgamentos e estimativas na aplicação das políticas contábeis.** A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Cia. e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **a) Contabilização de contratos de concessão.** Na contabilização dos contratos de concessão, a Cia. efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para o contrato de concessão e suas características estão descritos na nota 3.2. **b) Reconhecimento do ativo financeiro.** A Administração da Cia. avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização só será reconhecido ao final dos serviços de construção, momento em que a Cia. entende ter direito ao recebimento da indenização, conforme condições do contrato de concessão. **c) Determinação das receitas e custos de construção.** Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Caso a concessionária realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração. Quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa. **d) Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro.** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança. A taxa resultante de 7,15% (original da taxa de Leilão mais 5% de inflação estimada) reflete, na opinião dos administradores, a realidade econômica do projeto. **e) Provisão para riscos.** São registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Cia. com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações anuais. Periodicamente, a Cia. revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações. **f) Provisão para custos de construção.** Em caso de contrato oneroso, ou seja, quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa contra uma provisão de custos de construção. **2.2 Contrato de concessão.** A Cia. adota e utiliza para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta interpretação é aplicável a concessões de

**A ADMINISTRAÇÃO**

**Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro**

|--|

rado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão (SIM) de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual irrevogável de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo. c) **Risco de liquidez.** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Cia., sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Cia. é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. d) **Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM.** Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Cia. está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para o Grupo no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável é uma variação de 0,5% nas taxas de juros, conforme expectativa de mercado. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Indicadores	Ativo	Passivo	Taxa efetiva no período (%)	Efeito estimado do lucro líquido e patrimônio líquido para 31/12/15
<b>Cenário provável</b>				
<b>Risco de taxa de juros</b>				
TJLP + 1%	(659.732)	(659.732)	8,00	52.779
Taxa fixa 8,5% anual	(203.994)	(203.994)	8,50	17.339
CDI + 7,18%	(46.089)	(46.089)	20,42	9.410
CDI + 6,80% a.a.	(24.754)	(24.754)	20,03	4.959
CDI + 9,38% a.a.	(3.657)	(3.657)	22,61	827
CDI + 9,38% a.a.	(5.871)	(5.871)	22,61	1.327
CDI + 6,5%	(34.110)	(34.110)	19,73	6.730
27,5% a.a.	(15.203)	(15.203)	27,52	4.184

Indicadores	Ativo	Passivo	Taxa efetiva no período (%)	Efeito estimado do lucro líquido e patrimônio líquido para 31/12/15
<b>Cenário 1</b>				
<b>Risco de taxa de juros</b>				
TJLP + 1%	(659.732)	(659.732)	10,00	121.943
Taxa fixa 8,5% anual	(203.994)	(203.994)	10,63	21.674
CDI + 7,18%	(46.089)	(46.089)	25,52	11.762
CDI + 6,80% a.a.	(24.754)	(24.754)	25,04	6.199
CDI + 9,38% a.a.	(3.657)	(3.657)	28,26	1.034
CDI + 9,38% a.a.	(5.871)	(5.871)	28,26	1.659
CDI + 6,5%	(34.110)	(34.110)	24,66	8.412
27,5% a.a.	(15.203)	(15.203)	34,40	5.230

Indicadores	Ativo	Passivo	Taxa efetiva no período (%)	Efeito estimado do lucro líquido e patrimônio líquido para 31/12/15
<b>Cenário 2</b>				
<b>Risco de taxa de juros</b>				
TJLP + 1%	(659.732)	(659.732)	12,00	79.168
Taxa fixa 8,5% anual	(203.994)	(203.994)	12,75	26.009
CDI + 7,18%	(46.089)	(46.089)	30,62	14.115
CDI + 6,80% a.a.	(24.754)	(24.754)	30,05	7.439
CDI + 9,38% a.a.	(3.657)	(3.657)	33,92	1.240
CDI + 9,38% a.a.	(5.871)	(5.871)	33,92	1.991
CDI + 6,5%	(34.110)	(34.110)	29,60	10.095
27,5% a.a.	(15.203)	(15.203)	41,28	6.276

e) **Risco de taxa de juros.** A Cia. está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita da variação do CDI, juros pré-fixados e TJLP. **3.2 Gestão de capital.** Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Cia., a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Conçente com outras Cias. do setor, a Cia. monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e LPs, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 podem ser assim resumidos:

	2015	2014
Total dos empréstimos (Nota 11)	978.068	1.007.175
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(10.113)	(2.624)
Dívida líquida	967.955	1.004.551
Total do patrimônio líquido	769.644	639.540
Total do capital	544.037	527.120
Índice de alavancagem financeira - %	178	191

A redução no índice de alavancagem financeira em 2015 foi decorrente da redução do valor da dívida da Cia. e do aumento de capital. **3.3 Estimativa do valor justo.** A Cia. efetua uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, em 31/12/15, conforme abaixo demonstrado: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). • Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31/12/15, a Cia. não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Seção C – Notas explicativas relevantes selecionadas: 4 Instrumentos financeiros por categoria**

Ativo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	
	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativo financeiro - concessão	2.062.330	2.062.330
Depósitos judiciais	9.540	9.540
Caixa e equivalentes de caixa	10.113	10.113
<b>Passivo</b>		
Empréstimos e financiamentos	978.068	978.068
Partes relacionadas	56	56
Provisões	3.372	3.372
Fornecedores e outros passivos	21.907	21.907
	1.003.403	1.003.403

a) **Ativo financeiro da concessão.** Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Cia. no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Cia., onde: • O preço é regulado (tarifa) e denominado RAP. A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada 4 ou 5 anos. Geralmente, a RAP de qualquer Cia. de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. • Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Cia., a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Considerando que a Cia. não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. b) **Valorização dos instrumentos financeiros.** A Cia. opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Cia., em 31/12/14 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/ avaliação: c) **Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores.** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. d) **Financiamentos.** A Cia. possui operações de empréstimos e financiamentos que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a LP (Banco da Amazônia S.A. e SUDAM). Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de LP com as características dos financiamentos do Banco da Amazônia S.A., onde as ofertas de crédito com tais características de LP, normalmente estão Ltda.s a estas instituições. O valor contabilizado dos empréstimos aproxima-se do valor justo em 31/12/15, pois a administração considera que não houve oscilação significativa nas taxas de mercado para aplicação nos financiamentos obtidos pela Cia.

	2015	2014
<b>5 Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa	84	94
Bancos	10.029	2.530
	10.113	2.624

	2015	2014
<b>6 Adiantamentos a fornecedores.</b> Em 31/12/15 e de 2014, os saldos de adiantamentos a fornecedores correspondem a:		
Materiais	10.521	10.394
Serviços	7.508	10.970
Outros	1.712	2.371
	19.741	23.735

	2015	2014
<b>7 Clientes</b>		
A vencer	16.280	16.825
Vencidas até 30 dias	156	101
Vencidas de 30 até 365 dias	1.661	896
Vencidas há mais de 365 dias	1.579	590
	19.677	18.412

A Cia. não registra provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação a seus clientes, uma vez que, no caso de inadimplência, a Cia. como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado de garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia. **8 Depósitos judiciais.** Em 2015 a Cia. resgatou totalmente o saldo depositado judicialmente referente a uma ação com o estado do Pará em relação a um benefício fiscal concedido sobre o ICMS no valor de R\$ 10 milhões reduzindo significativamente o saldo. O saldo remanescente refere-se, basicamente, a depósitos judiciais trabalhistas.

	2015	2014
<b>9 Ativo financeiro - concessão</b>		
Ativo financeiro oriundo da concessão	2.042.677	1.867.689
Circulante	123.937	113.753
Não circulante	1.918.740	1.753.936
Movimentação	(118.156)	(101.753)
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.867.689	1.527.246
Remuneração do ativo financeiro (i)	288.468	379.029
Receita de construção	4.676	13.167
	2.042.677	1.867.689

(i) Em 2014, o valor da atualização da RAP foi superior, devido à revisão tarifária efetuada pela ANEEL reconhecida. **10 Partes relacionadas.** O saldo de partes relacionadas refere-se, principalmente, ao pagto. de despesas da Macapá pela Xingu.

	2015	2014
Linhas de Macapá	16.119	6.657
Isolux Engenharia	(13.871)	(6.202)
Isolux Projetos	(948)	(987)
Isolux Energia	(208)	(236)
Outras empresas do Grupo	(1.148)	(1.191)
	(56)	(1.959)

a) **Remuneração do pessoal-chave da administração.** A Cia., em 2015 e 2014, não efetuou pagamentos a administradores, em virtude de estes serem pagos por outras empresas do Grupo. A Cia. não constituiu qualquer provisão para ressarcimento das empresas do Grupo que remuneraram seus administradores por entender que estes custos não serão repassados no futuro. **11 Despesas pagas antecipadamente.** O saldo em 31/12/15 refere-se principalmente ao saldo de seguros a apropriar. **12 Fornecedores.** O saldo em aberto de fornecedores refere-se principalmente ao fornecimento de cabos, torres e serviços de engenharia. Veja a composição do saldo abaixo:

	2015	2014
Material	11.243	11.884
Serviços	8.673	18.896
Outros	1.991	3.072
	21.907	33.852

**13 Empréstimos e financiamentos.** Posição de empréstimos e financiamentos em 31/12/15:

	2015	2014
<b>Circulante</b>	137.449	198.249
Empréstimos bancários	57.476	132.660
FDA e FNO (iii)	79.973	54.252
Confirming (iv)	-	11.337
<b>Não circulante</b>	840.619	808.926
Empréstimos bancários	72.209	6.384
FDA e FNO (iii)	783.753	818.908
Custo de Transação	(15.343)	(16.366)
Total dos empréstimos	978.068	1.007.175

As posições dos empréstimos e financiamentos e das amortizações do saldo de LP, a partir de 31/12/15 obedecem ao seguinte escalonamento anual: Período: Amortização não circulante: 2017: 121.082; 2018: 105.315; 2019: 113.139; 2020: 100.320; De 2020 em diante: 400.763. (i) As taxas de juros dos empréstimos variam entre 8% e 27% ao ano, incluindo o CDI e a TJLP quando aplicado ao contrato. (ii) Custos de transação (comissões bancárias e IOF). Compostos por gastos com comissões bancárias e IOF pagas durante o exercício quando da captação dos financiamentos e alteram a taxa efetiva de juros dos contratos sendo reconhecido como despesas financeiras no resultado ao longo da vigência dos referidos créditos. (iii) **Garantias concedidas.** Fianças corporativas emitidas pela Isolux Energia e Participações S.A. e pelo Grupo Isolux Corsán S.A. Para os créditos de LP, foram dados em garantia os recebíveis do contrato de concessão e o penhor das ações. (iv) **Créditos de LP.** SUDAM. A Cia. emitiu debêntures em 2010 (debêntures de 1ª emissão privada conversíveis em dívida em quatro séries da espécie com garantia real e fidejussória) amendo 100% das debêntures subscritas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, gerido pela SUDAM. Em 31 de dezembro as características das debêntures são: Valor: R\$ 602.448; Prazo: 240 meses; Encargos: TJLP+1% a.a. A 1ª prestação foi paga em out./2014 e as demais a cada 6 meses, vencendo-se a última prestação em out./2030. **BASA.** Em 30/12/10 foram assinados os contratos de financiamento a LP (Crédito Sênior) o Banco da Amazônia - BASA, nos seguintes termos: Valor: R\$ 151.017; Prazo: 240 meses; Encargos: Fixo - 10% a.a. A Cia. utilizou 100% do financiamento com o BASA em 2011. A dívida resultante deste crédito será paga em 191 prestações mensais e sucessivas. A 1ª prestação foi paga no dia 10/03/15 e as demais no dia 10 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em jan./2031. **14 Impostos e contribuições a recolher.** Em 31/12/15, os principais impostos e contribuições a recolher referem-se a retenções de terceiros e encargos relacionados à folha de pagamento. **15 Provisões.** Em 31/12/15, os saldos de provisões correspondem a:

	2015	2014
Provisão para custos de construção	1.500	4.186
Contingências a)	1.872	-
	3.372	4.186

a) **Contingências.** A Cia. possui processos judiciais de natureza trabalhistas e cíveis com probabilidade de perda possível no montante aproximado de R\$96.524. Em 2015, em virtude de mudanças nas expectativas de perda de alguns processos trabalhistas, a Cia. provisionou o montante de R\$ 1.872 conforme relatório de seus assessores jurídicos. **16 PIS e COFINS diferidos.** Refere-se ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os efeitos da receita com construção dos ativos de concessão pela adoção do ICPC 01. **PIS e COFINS diferidos:** 31/12/13: 150.592; Constituição em 2014 (Nota 20): 26.963; 31/12/14: 177.555; Constituição em 2015 (Nota 20): 16.230; 31/12/15: 193.785. **17 IR e CSLL diferidos.** Em 31/12/15 e de 2014, a reconciliação das despesas de IR e de CSLL apresentada no resultado era como segue:

	2015	2014
Lucro antes do IR e contribuição social	162.391	230.849
Alíquota nominal combinada do IR e da contribuição social	34%	34%
IR e contribuição social	55.213	78.489
Outras adições	1.136	3.708
IR e contribuição social diferidos às alíquotas da legislação	56.349	82.197

Os valores de impostos de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se basicamente das diferenças temporárias entre os prejuízos contábeis e fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão. Com a entrada em operação no ano de 2013 a Cia. tem expectativa de geração de lucro e que lhe permitirá de utilizar os créditos nos cinco próximos anos. b) **IR e CSLL diferidos:** IR e CSLL diferidos: Em 31/12/13: 18.666; Constituição em 2014: (82.197); Em 31/12/14: (63.531); Constituição em 2015: (56.349); Em 31/12/15: (119.880). c) **Incentivos fiscais.** Em 5/12/08, através da portaria nº 429, o Ministério de Minas e Energia que aprovou o enquadramento do projeto de linhas de transmissão da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A., no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, a Cia. fica isenta de pagamento de PIS e COFINS sobre as notas fiscais de materiais e serviços aplicados em sua obra. **18 Patrimônio líquido, a Capital social.** Subscrito e integralizado em 31/12/15 é de R\$ 544.037 (2014-R\$ 527.120), está representado por 544.037 mil (2014-527.120 mil) ações ordinárias de R\$ 1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Cia. é como se segue: **Acionistas: Ordinárias:** Isolux Energia e Participações S.A.: 527.120.000; Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA: 16.197.072. b) **Reserva legal.** É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das S/A. c) **Dividendos.** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação da reserva legal, calculado nos termos do Art. 202 da Lei 6.404/76. A Cia. registrou o montante em reservas especial de dividendos, uma vez que, o lucro apurado pela Cia. no exercício ainda não foi realizado financeiramente. Assim que a situação financeira da Cia. permitir, os montantes serão distribuídos aos acionistas. **19 Extinção de dívidas com a emissão de instrumentos de patrimônio.** Em 25/10/15, a SUDAM, a pedido da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. optou por converter em ações ordinárias com direito a voto, a 3ª parcela das debêntures subscritas em favor do FDA no valor de R\$ 24.062 mil. Com isso, o respectivo valor correspondente à parcela da dívida foi cancelado pelo Banco da Amazônia, bem como os encargos dela decorrentes. A SUDAM emitiu um termo de conversão em 4/11/15, onde as seguintes condições foram estabelecidas: • As ações resultantes da conversão poderão ser livremente vendidas; • Caso o valor de venda das ações não reflita a remuneração equivalente a TJLP + 1% a.a. o acionista majoritário arcará com a respectiva equalização, recolhendo a diferença ao Fundo mesmo que não seja o comprador das ações. Do total do valor convertido, R\$ 16.917 foram destinados à conta de Capital Social e R\$ 7.145 destinados à conta de Reserva de Capital. Ressalta-se ainda que, a extinção destas dívidas com a emissão de instrumentos de patrimônio é uma operação no escopo do ICPC 16 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos de patrimônio (IFRIC 19), de forma que foram aplicadas as práticas contábeis descritas na Nota 24.12.

	2015	2014
<b>20 Receita</b>		
Receita bruta de serviços	320.885	426.362
Receita de construção	4.676	13.167
Receita de operação	14.755	14.120
Receita remuneração do ativo financeiro	288.469	379.029
Outras Receitas (i)	12.985	20.046
PIS e COFINS	(13.452)	(12.475)
PIS e COFINS diferido	(16.230)	(26.963)
Quota para RGR, TFSEE e P&D	(4.999)	(4.159)
Receita líquida de serviços	286.204	382.765

(i) Valores referentes as outras receitas da Cia. como parcelas de ajuste do ciclo anterior, indisponibilidade de equipamentos e rateio de antecipação. **21 Custos sobre serviços prestados**

	2015	2014
Despesas com pessoal	2.552	6.881
Custos de Construção	4.243	41.577
Serviços de manutenção	8.904	3.933
Despesas gerais	11.494	8.809
	27.193	61.200

Classificadas como: Custo dos bens construídos e serviços prestados 13.147 53.731 Despesas gerais e administrativas 14.046 7.469 (i) Os custos incorridos de construção nos anos de 2014 e 2015 referem-se às obras do reforço da linha de transmissão.

	2015	2014
<b>22 Resultado financeiro líquido</b>		
Despesas financeiras	(98.619)	(90.373)
Juros sobre empréstimos	(93.613)	(78.725)
IOF	(357)	(950)
Outras despesas financeiras	(4.649)	(10.698)
Receitas financeiras: Receita de aplicações financeiras	1.999	133
Resultado financeiro líquido	(96.620)	(90.240)

**23 Seguros.** A Cob. de seguro foi contratada pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros. Em 31/12/15, a Cia. apresenta as seguintes apólices de seguro:

Ramo	Vigência	Importância Segurada
Riscos Nomeados Operacionais	13/06/15 a 13/06/16	R\$ 100.000
Responsabilidade Civil Geral	13/06/15 a 13/06/16	R\$ 10.000

**Seção D – Políticas contábeis: 24 Resumo das principais políticas contábeis.** Estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.** Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. (“LXTE” ou “Cia.”), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/15 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras. A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cia.

para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião sobre as demonstrações financeiras. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A em 31/12/15, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Outros assuntos. Informação suplementar - Demonstração do valor adicionado. Examinamos, também, a DVA, referente ao exercício findo em 31/12/15, elaboradas sob responsabilidade da administração da Cia., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Cias. abertas; pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para concessionárias do setor elétrico e considerada informação suplementar para as Cias. de capital fechado e IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. RJ, 14/03/16. Chronus Auditores Independentes S/S - CRC-PE-000681/O S-RJ; Rosivam Pereira Diniz - Contadora CRC-PE-014050/O S-RJ; Marcelo Cardona Sobral - Contador CRC-PE-025908/O-8 S-RJ